

PUBLICADO DOC 31/10/2007

PARECER Nº 394/2007 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 295/06.

Trata-se de projeto de lei, de autoria da Nobre Vereadora Bispa Lenice Lemos, que visa estabelecer a obrigatoriedade da reserva de 5% das vagas de todos os estacionamentos públicos e privados para idosos, assim consideradas as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

O projeto pode prosperar, como veremos a seguir.

Com efeito, o art. 230 da Constituição Federal determina que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

A Lei Federal nº 10.741/03, por seu turno, estabeleceu em seu art. 41 que "é assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco) por cento das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

O projeto cuida, assim, de matéria relativa ao amparo aos idosos, à regulamentação do exercício da atividade de guarda de veículos, bem como de matéria atinente ao Código de Obras e Edificações.

Segundo Hely Lopes Meirelles a polícia das construções efetiva-se "pelo controle técnico-funcional da edificação particular, tendo em vista as exigências de segurança, higiene e funcionalidade da obra segundo a sua destinação...O regulamento das construções urbanas, ou seja, o Código de Obras e normas complementares, deverá estabelecer minuciosamente os requisitos de cada modalidade de construção (residencial, comercial, industrial etc.), objetivando a segurança, a higiene, a funcionalidade e a estética da obra, em harmonia com a planificação e o zoneamento da cidade. Dentre as exigências edilícias, são perfeitamente cabíveis as que se relacionam com a solidez da construção, altura, recuos, cubagem, aeração, insolação, coeficientes de ocupação, estética das fachadas e demais requisitos que não contrariem as disposições da lei civil concernentes ao direito de construir" (in "Direito Municipal Brasileiro", Ed. Malheiros, 6ª ed., pág. 352).

Por se tratar de projeto de lei que versa sobre Código de Obras e Edificações, é obrigatória a convocação de pelo menos duas audiências públicas durante a sua tramitação pela Câmara, nos termos do art. 41, VII, da LOM, dependendo sua aprovação do voto da maioria absoluta dos membros da Câmara (art. 40, parágrafo 3o, II, LOM).

O projeto está amparado nos arts. 13, I e XX; 37 "caput" e 160, II e VII, ambos da Lei Orgânica do Município, bem como na Carta Magna e no Estatuto do Idoso (Lei Federal mencionada), razão pela qual somos

PELA LEGALIDADE.

Todavia, a fim de adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, bem como para excluir o parágrafo único do art. 4º que cuida de matéria afeta a servidor público, de iniciativa reservada do Sr. Prefeito nos termos do art. 37, § 2º, inciso III, da Lei Orgânica, sugerimos o substitutivo a seguir.

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 295/06.

Disciplina a reserva de vagas para idosos nos estacionamentos públicos e privados, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade de reserva de 5% (cinco por cento) das vagas dos estacionamentos públicos e privados para os idosos.

§ 1º Para os efeitos desta Lei considera-se idosa a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, estando como condutor ou passageiro do veículo.

§ 2º Quando o cálculo de 5% (cinco por cento) das vagas não resultar em fração ideal, considerando-se o número de vagas, o número será arredondado para mais.

§ 3º O idoso terá direito a vagas reservadas, mediante a apresentação da Carteira de Identidade ou outro documento expedido por órgão público, com foto e do qual conste sua data de nascimento.

Art. 2º Na área de estacionamento o cômputo de 5% (cinco por cento) das vagas será realizado por quadra, sendo as vagas preferencialmente demarcadas em ponto equidistante dos extremos.

Art. 3º As vagas para idosos deverão ser posicionadas em local de fácil acesso, delimitadas por faixas amarelas ou outra cor de contraste, quando o piso for amarelo, contendo a inscrição: "vaga para idosos".

Art. 4º O descumprimento dos dispositivos desta Lei implicará, aos proprietários de estacionamentos privados, a aplicação das seguintes penalidades:

I - Advertência por escrito, notificando o infrator para sanar a irregularidade, no prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de multa;

II - Não sanada a irregularidade, multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), dobrada em caso de reincidência, devendo este valor ser reajustado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção deste índice, será adotado outro criado por legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

III - Persistindo a irregularidade, mesmo após a imposição de multa em dobro, será suspenso o alvará de licença e funcionamento concedido, por até 30 (trinta) dias, e após o decurso desse prazo será ele regularmente cassado pelo Poder Público Municipal.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, em 28/3/07

João Antonio – Presidente

Tião Farias - Relator

Agnaldo Timóteo

Carlos A. Bezerra Jr.

Claudete Alves

Farhat

Jooji Hato

Kamia